

ASSIMETRIA NO NÍVEL DE CONSERVADORISMO CONTÁBIL DE EMPRESAS FAMILIARES E NÃO FAMILIARES EM UM PERÍODO DE PANDEMIA¹

ASYMMETRY IN THE LEVEL OF ACCOUNTING CONSERVATIVEISM OF FAMILY AND NON-FAMILY BUSINESS IN A PANDEMIC PERIOD

Pedro Horlle Bernardino²
Vinícius Halmenschlager³

RESUMO

Este trabalho buscou evidenciar o comportamento das companhias abertas brasileiras listadas na B3 S/A – Brasil, Bolsa, Balcão, no período referente a pandemia do Novo Coronavírus (SARS-CoV-2), no intuito de observar diferenças de grau de conservadorismo contábil entre empresas familiares e não familiares. Para realização dos testes e análises, foram realizadas regressões de dados em painel, por efeitos fixos e aleatórios baseados no método de Basu (1997), adaptado para o presente estudo. A amostra foi composta por empresas listadas na B3 que divulgaram informações para análise entre o período de janeiro de 2018 a junho de 2021. Os resultados obtidos não identificaram diferenças entre empresas familiares e não familiares no período de análise. No período da pandemia, os resultados não evidenciam mudança significativa do conservadorismo das empresas familiares, apresentando somente indicativo de que as informações não foram divulgadas oportunamente durante o período. Os dados obtidos pelo estudo se assemelham com análises realizadas por pesquisas anteriores, ao não identificar diferenças significativas entre empresas familiares e não familiares antes da pandemia e ao identificar relação entre a estrutura das companhias e o conservadorismo contábil.

Palavras-chave: Conservadorismo. Empresas Familiares. Pandemia.

ABSTRACT

This work sought to highlight the behavior of Brazilian publicly-held companies listed on B3 S/A – Brazil, Stock Market, Counter Market in the period referring to the New Coronavirus pandemic (SARS-CoV-2) in order to notice differences in the degree of accounting conservatism among family and non-family business. To perform the tests and analyses, panel data regressions were performed, by fixed and random effects based on the method of Basu (1997), adapted for the present study. The sample consisted of companies listed in B3 that released information for analysis between the period January 2018 to June 2021. The results obtained didn't identify differences between family and non-family business in the period of analysis. During the pandemic period, the results do

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado, no primeiro semestre de 2021, ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

² Graduando do curso de Ciências Contábeis da UFRGS (pedro.horlle@gmail.com)

³ Orientador: Doutor em Economia Aplicada pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP). Mestre em Organização de Mercados pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). (viniciush@ufrgs.br)

not show a significant change in the conservatism of family businesses, only showing that the information was not disclosed in a timely manner during the period. The data obtained by the study are similar to analyzes carried out by previous research, as it did not identify significant differences between family and non-family business before the pandemic and when it identified a relation between the structure of companies and accounting conservatism.

Keywords: *Conservatism. Family business. Pandemic.*

1 INTRODUÇÃO

Da mesma forma que a crise econômica de 2008, que ocorreu em decorrência de uma bolha imobiliária no sistema financeiro americano, a pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19) também afetou a economia e os mercados de forma global. Dessa maneira, buscando identificar as consequências deste evento, alguns estudos tem sido realizados com o objetivo de observar efeitos da pandemia no comportamento econômico das sociedades e contábil das companhias (SOBREIRA, *et al.* 2021; SALLES, 2021; NICOLA, *et al.* 2020).

Em períodos de crise econômica, os mercados tendem a ficarem mais receosos e o reflexo deste comportamento é incorporado pelas organizações e identificados em seus demonstrativos. Conforme Sampaio, Coelho e Holanda (2015, p. 81) “os gestores aumentaram o conservadorismo adotado na apuração de seu patrimônio líquido de forma incondicional nos períodos associados à crise”. Embora Moura, *et al.* (2017) não tenham identificado diferenças significativas nos valores encontrados, observaram indícios de que em períodos de crise econômica, o gerenciamento de resultados tende a ter um impacto maior.

O conservadorismo contábil é uma medida de qualidade das informações contábeis, “a necessidade de conservadorismo é, frequentemente, associada à divulgação confiável de eventos passados” (SANTOS, *et al.* 2011, p.176). O princípio da prudência, ou conservadorismo contábil, pressupõe adoção de menores valores para ativos e receitas, e maiores valores para passivos e despesas sempre que os valores encontrados sejam obtidos de alternativas validas a fim de atribuir maior confiabilidade ao processo de mensuração. Moreira, Colauto e Amaral (2010) destacam que as empresas podem sofrer estímulos para não demonstrarem informações transparentes de forma que para evidenciar um bom desempenho econômico e atender aos usuários externos, a administração possa estar propensa a adotar políticas mais conservadoras quanto as informações contábeis.

As empresas familiares tendem a possuir menores problemas de agência, pela natureza de que os gestores executivos são em sua maioria acionistas predominantes das organizações. Lima e Pereira (2016) salientam que os objetivos da administração e dos acionistas são coincidentes, havendo uma orientação para o longo prazo e não para maiores resultados em curto prazos. Ainda segundo Lima e Pereira (2016) nestas empresas o comportamento oportunista é reduzido por parte dos gestores.

Quanto ao conservadorismo condicional, a participação da família no controle contribui positivamente para atitudes conservadoras enquanto que a família na propriedade e no conselho de administração, atuam de forma inversa (GRILLO, 2015). Ainda segundo Grillo (2015), empresas gerenciadas pela família que fundou são menos conservadoras.

Considerando os desafios originados pela pandemia, o presente estudo visa investigar a assimetria no nível de conservadorismo contábil das empresas familiares e não familiares listadas na B3 S/A – Brasil, Bolsa, Balcão observado durante a atual recessão econômica brasileira e a Pandemia do Novo Coronavírus (SARS-CoV-2). Portanto, o estudo tem como objetivo, identificar distinção no nível de conservadorismo contábil observado durante a Pandemia do Novo Coronavírus (SARS-CoV-2) em empresas familiares e não-familiares listadas na B3 S/A – Brasil, Bolsa, Balcão. O estudo também visa identificar níveis de conservadorismo econômico nos relatórios financeiros das empresas listadas na B3 e comparar diferenças de grau de conservadorismo entre as empresas familiares e não familiares. O estudo também objetivou analisar a relação do conservadorismo condicional com o tamanho e a estrutura das empresas que compunha a amostra.

O Brasil viveu uma queda no Produto Interno Bruto (PIB) para 2020 (IBGE, 2021) e uma visível crise econômica contribuída pelas consequências dos cuidados realizados para mitigar o impacto da COVID-19 (SARS-CoV-2) no sistema de saúde brasileiro. Portanto, mostra-se oportuno observar se houve mudança nas práticas contábeis adotadas pelas empresas em decorrência da crise econômica gerada pela pandemia e analisar os impactos imediatos no que tange o conservadorismo contábil. Aranha (2020) em seus resultados não identificou efeito da pandemia do novo coronavírus sob o nível de conservadorismo em sua amostra pesquisada, já Duarte *et al.* (2019) apresentam indícios que em tempos de crise, as organizações voltam-se a serem mais conservadoras e que já inserem perdas futuras diluídas ao longo dos períodos nas demonstrações contábeis. Assim, visando avançar no entendimento do efeito das crises quanto ao conservadorismo, o presente estudo avançará para uma análise desses fatores em relação a empresas familiares e não familiares. Dessa forma, justifica-se analisar de que modo a contabilidade e as empresas são afetadas por crises econômicas e as incertezas do mercado, bem como o tempo que a contabilidade demora para refleti-las, auxiliará no entendimento dos impactos causados pela pandemia, visando verificar as consequências da crise quanto ao comportamento contábil.

A seguir, apresenta-se na segunda seção, o referencial teórico do estudo, abordando os conceitos de conservadorismo, de empresas familiares e de estudos relacionados. A seção 3 (três) aborda a metodologia utilizada no estudo, enquanto a quarta seção aborda a coleta de dados e a análise dos resultados; a seção 5 (cinco) contém as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção são apresentados os conceitos de conservadorismo contábil e de empresas familiares determinados como principais para o presente estudo, assim como estudos relacionados.

2.1 CONSERVADORISMO CONTÁBIL

O conservadorismo é uma prática contábil difundida como prudência dentro da estrutura conceitual básica da contabilidade, outro costume que engloba seu conceito é o conservadorismo condicional, essa prática adotada pelos contadores tem um aumento quando acompanhada da exposição da responsabilidade legal dos auditores e testes apresentam que retornos negativos nas organizações coincidem com os lucros de forma maior do que retornos positivos (BASU, 1997). O autor ainda destaca que o reconhecimento assimétrico das informações prejudica a previsibilidade dos lucros. O

conservadorismo contábil é conceitualmente a prática de optar pelo menor valor de uma receita ou ativo e o maior valor de uma despesa ou passivo sempre que apresentarem alternativas igualmente válidas. Basu (1997, p.33) classifica o conservadorismo contábil como “o reconhecimento mais oportuno no resultado de más notícias sobre fluxos de caixa futuros do que boas notícias”.

O conceito de conservadorismo é distinguido em condicional e incondicional, Coelho (2007) define o conservadorismo condicional como o reconhecimento oportuno assimétrico de perdas, enquanto o incondicional seria o reconhecimento do valor que resulte na menor avaliação do patrimônio. Para Lara *et al.* (2009) o conservadorismo incondicional indica a subavaliação persistente dos ativos líquidos, sendo por meio de amortização/depreciação ou não reconhecimento. Conforme os autores, o conservadorismo incondicional é independente de notícias.

Segundo Lara *et al.* (2009) o conservadorismo incondicional adotado pela contabilidade antecipa o reconhecimento das perdas visando reduzir o valor presente dos impostos. O estudo de Watts (2003) corrobora com essa ideia, segundo o autor, ligações entre tributação e os demonstrativos também podem gerar conservadorismo, o reconhecimento assimétrico entre receitas e despesas permite adiar o pagamento de impostos pelos administradores das empresas.

Para Gotti (2007) aprender o papel do conservadorismo é importante para interpretar a natureza, os objetivos e as implicações da análise da contabilidade, assim como seus determinantes e suas variações entre as empresas. Ainda segundo Gotti (2007), enquanto uma empresa for rentável e possuir lucro tributável, a conexão entre ambos gera um incentivo para diferir a receita visando reduzir impostos.

“Assim, como outras características da informação contábil, o conservadorismo sofre influência do ambiente institucional e organizacional das empresas” (PAULO, PAULO e CAVALCANTE, 2015, p. 22). Lima e Pereira (2016, p. 2) destacam que o “conservadorismo contábil apresenta-se como um exemplo de mecanismo de reconhecimento que impacta diretamente os números contábeis”. O conservadorismo, em síntese, objetiva antecipar o reconhecimento das despesas e não os ganhos.

Neto *et al.* (2010), em um contexto econômico brasileiro, observaram um impacto negativo da concentração de votos quanto ao conservadorismo das organizações enquanto que acordos entre acionistas influencia um maior conservadorismo, privilegiando o reconhecimento oportuno das perdas econômicas. No contexto brasileiro, Brito e Martins (2013, p. 45) concluem que “empresas que adotam práticas de conservadorismo condicional no Brasil não são beneficiadas com a redução no custo do crédito bancário”.

Junior e Filho (2019, p. 3) com base na literatura, sugerem que:

O mercado de capitais estimula a mensuração de lucros contábeis mais conservadoras pelas empresas. Em decorrência da assimetria de informação, gestores podem se sentir tentados a postergar o reconhecimento de perdas econômicas (bad news) e acelerar o reconhecimento de ganhos econômicos (good news) de forma a atender objetivos e interesses próprios.

Ainda segundo Junior e Filho, a redução da possibilidade de gestores manipularem lucros, motiva uma resposta positiva do mercado quanto ao conservadorismo.

Para Ramos (2013), o valor contábil quando comparado ao real valor, é refletido de forma diferenciada no preço das ações, a partir disso, o nível de conservadorismo contábil é relacionado com a resposta do mercado para esta informação, observado por meio do preço das ações. Neste sentido a contabilidade conservadora pode ser definida em como o valor determinado pelo mercado difere do valor contábil, de forma que “*Unbiased (conservative) accounting obtains if, on average, the market value equals*

(*exceeds the book value*)” (FELTHAM e OLSHON, 1995, p. 692). Quanto a definição do valor de mercado, Monteiro (2012) define o valor de mercado como sendo o valor de troca cabível em uma transação no mercado.

O conservadorismo contábil pode apresentar resultados distintos com base nas amostras analisadas, Wronski e Klann (2020) pressupõe que o aspecto cultural e sua dimensão podem afetar a relação das organizações e o conservadorismo contábil com base em cada nação. Em seus resultados, observaram relação de influência da cultura no conservadorismo contábil em companhias de nações mais individualistas e de caráter indulgente, onde notaram práticas contábeis menos conservadoras, enquanto países culturalmente orientados ao longo prazo apresentam comportamento mais conservador.

Para verificação de sinais de conservadorismo contábil, existem opções de modelos, como o modelo de Basu, o modelo *book to market* e o modelo de Ball e Shivakumar (2005).

2.2 EMPRESAS FAMILIARES

As empresas familiares ocupam uma parcela significativa do mercado brasileiro, sendo as que mais geram empregos na economia nacional. Para Freitas e Krai (2010) as empresas familiares podem contribuir nas mudanças organizacionais e culturais, além de inovação em um novo modelo de organização produtiva e empresarial agregando valor ao negócio. Quanto a importância das empresas familiares Freitas e Krai (2010) destacam que as empresas familiares são figuras empresariais dominantes no sistema econômico de grande parte dos países do ocidente e no contexto de modificações empresariais, tem sido objeto de frequentes estudos, em virtude de representatividade econômica e pelo potencial desenvolvimento que as organizações familiares possuem.

Chen *et al.* (2010) destacam o conflito de agência entre proprietários familiares e outros acionistas na determinação dos relatórios das empresas. Ainda segundo o estudo, apesar das semelhanças entre empresas familiares e privadas as empresas familiares enfrentam conflitos entre grandes e pequenos acionistas o que é corroborado por Ali, Chen e Radhakrishnan (2007).

Conforme Scarpin, Almeida e Machado (2012) a estrutura de capital das empresas pode ser influenciada por muitos fatores como a forma de gestão, cultura e o desenvolvimento empresarial que cada empresa se encontra. As empresas familiares tendem a ter características similares a gestão conservadora, sendo menos propensas ao risco. As características das empresas familiares tendem a definir modelos de gestão particulares a essas organizações em relação ao recomendado pela literatura, devido a necessidades familiares que devem ser atendidas. (PETRY e NASCIMENTO, 2009).

Ao definir algumas características das empresas familiares Grzybovski e Tedesco (1998) observam alguns pressupostos, sendo o primeiro que uma empresa familiar possua história de gerações dentro da organização, considerando no mínimo duas gerações. Em segundo Grzybovski e Tedesco classificam as questões afetivas, os vínculos de parentesco e seu histórico, por fim, como terceira característica, a interação da empresa e da família, com a confiança mútua entre os membros. Conforme Bornholdt (2005, p.34):

Considera-se uma empresa familiar quando um ou mais dos fundamentos a seguir podem ser identificados numa organização ou grupo de empresas: a) o controle acionário pertence a uma família e/ou a seus herdeiros; b) os laços familiares determinam a sucessão no poder; c) os parentes se encontram em posições estratégicas, como na diretoria ou no conselho de administração; d) as crenças e os valores da organização identificam-se com os da família; e) os atos dos membros da família repercutem na empresa, não importando se nela

atuam; f) ausência de liberdade total ou parcial de vender suas participações/quotas acumuladas ou herdadas na empresa;

Em seus estudos Paulo, Paulo e Cavalcante (2015) sugerem que empresas familiares apresentam práticas contábeis consideradas mais agressivas do que empresas não familiares. Para esta posição, os autores sugerem que este comportamento possa ser originado por alguns fatores, como maior agressividade tributária, visando redução da carga tributária ou maior monitoramento originado do modelo de governança dessas organizações.

Junior e Filho (2019) destacam que a literatura apresenta elementos centrais que seriam comuns a empresas familiares, como o envolvimento da família e a possibilidade potencial de sucessão familiar. Lima e Pereira (2016) destacam que, com base na literatura, a presença familiar acaba exercendo influência nas políticas das companhias, o que afeta conseqüentemente, os critérios e números contábeis.

Para Petry e Nascimento (2009) as empresas familiares, além de atenderem os objetivos visados pelas demais companhias, objetivos empresariais, com base em suas características que firmam os modelos de gestão das organizações familiares, buscam também atenderem objetivos e necessidades familiares, sendo o processo de gestão parte integrante e consequência disso. Ainda segundo os autores, na maior parte da bibliografia a respeito das empresas familiares, a caracterização de uma empresa como familiar se dá pela propriedade da empresa perante uma família, sem distinção entre gerações. Desta forma, uma empresa pode ser familiar a partir da primeira geração, além de considerar segundo os autores, uma ou mais famílias neste conceito.

Frare, *et al.* (2021) em seus achados, não observarão diferenças significativas de comportamento entre empresas familiares e não familiares ao realizar um estudo analisando a adoção de ferramentas gerenciais e sistemas de controle gerencial (SCG), concluindo que as principais diferenças são originadas de outros fatores, como tamanho e ramo de atuação.

2.3 ESTUDOS RELACIONADOS

Basu (1997) realizou em seu estudo uma investigação quanto a mensuração de boas e más notícias, nas empresas listadas na Bolsa de Nova York. Sua amostra continha 28.923 empresas americanas no período de 1963 e 1990. Verificou-se a existência do conservadorismo com evidências de que retornos refletem mais rápido as más notícias e com o descasamento entre o fluxo de caixa e os retornos. Foi neste estudo que foi desenvolvido o método, ou modelo, de Basu, utilizado de forma diversificada em inúmeros estudos sobre o tema, sendo um parâmetro para verificar o nível de conservadorismo contábil nas empresas ao captar a velocidade que o retorno obtido pelas ações é refletido pelo lucro.

Com base no modelo de Ball e Shivakumar (2005), Paulo, Paulo e Cavalcante (2015) analisaram se o nível de conservadorismo possui diferença entre as empresas familiares e não familiares. Para isso o estudo objetivou identificar o nível reportado em empresas familiares e analisar a relação com o nível identificado em firmas não familiares. Sua amostra foram companhias abertas listadas na BM&FBovespa, que compunham o Índice Brasil – 100 entre os anos 2006 e 2010. Como resultado, não pode se confirmar a hipótese de que exista diferença significativa no nível de conservadorismo contábil entre empresas familiares e não familiares, mas que as empresas familiares possuem maiores reversões de perdas contábeis.

Semelhantemente, Lima e Pereira (2016) analisam se o nível de conservadorismo das empresas familiares difere do nível de empresas que não se enquadram como

familiares. Em sua amostra composta por 74 empresas enquadradas no Índice Brasil Amplo (IBrA). Os autores esperavam identificar nos relatórios das empresas familiares, níveis de conservadorismo inferior ao de empresas não familiares, contudo, com base no modelo de regressão estimado esta hipótese não se confirmou, ao não ser identificado significativa diferença entre empresas familiares e não familiares.

Da mesma forma, Scalzer, Beiruth e Reina (2017) em seu estudo sobre empresas estatais e conservadorismo contábil, analisaram se o conservadorismo influencia as decisões das empresas estatais, objetivando verificar se somado com a perspectiva jurídica-cultural do Brasil as empresas estatais brasileiras seriam mais conservadoras do que as empresas não estatais no Brasil. O estudo é realizado com base no Modelo de Basu (1997) adaptado às empresas brasileiras entre 2010 e 2013. Como resultados, foi identificado que empresas estatais tendem serem menos conservadoras do que as demais empresas que compunham a amostra do estudo.

Por outro lado, Junior e Filho (2019) em função da estrutura das organizações da B3, estuda diferenças em empresas familiares e não familiares quanto ao conservadorismo condicional objetivando investigar se as características de estrutura de propriedade influenciam a assimetria no reconhecimento de perdas e o nível de conservadorismo da amostra. A amostra do estudo compreendeu as empresas listadas na B3 durante o período de 2014 a 2017 retirando empresas públicas e bancos da amostra, além de *outliers* e empresas que não obtiveram registro em algum período, totalizando 159 empresas. O estudo analisou com base em modificações no modelo de Basu (1997) não identificaram evidências que diferenciam empresas familiares das demais empresas.

Baseado no mesmo modelo, Aranha (2020) em função da crise da pandemia de COVID-19, e seus impactos na economia e na sociedade, explora se a crise interferiu nos resultados financeiros divulgados, impactando o nível de reconhecimento assimétrico das más notícias. O estudo analisou demonstrativos trimestrais de bancos listados na B3, utilizando como amostra 10 bancos que possuíam todas as informações para o período de 2017 a 2020. Para análise do conservadorismo em bancos o autor modificou o modelo de Basu (1997) para as informações trimestrais. Os resultados não identificaram influência da pandemia no nível de conservadorismo. Contudo, o autor ressalta que devido ao tempo analisado, os resultados podem ser diferentes com o decorrer do período de 2020.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo realizará a pesquisa tendo seus procedimentos metodológicos classificados quanto a sua abordagem, objetivos e procedimentos técnicos. Quanto à abordagem do problema, o mesmo se qualifica como quantitativa. A pesquisa se enquadra como quantitativa pelo fato de buscar evidenciar sinais de conservadorismo através de dados quantitativos. Na pesquisa quantitativa, de acordo com Roesch (2013, p. 154) “não se reconhecem os métodos qualitativos de pesquisa como algo independente do paradigma positivista, mas como uma fase que precede o teste de hipóteses”.

Conforme os objetivos o estudo se qualifica como uma pesquisa explicativa. Conforme Vergara (2016, p.49) “A investigação explicativa tem como principal objetivo tornar algo inteligível, justificar-lhe os motivos. Visa, portanto, esclarecer quais fatores contribuem, de alguma forma, para a ocorrência de determinado fenômeno.”. Segundo Gil (2017, p.25) “constitui o tipo mais complexo e delicado de pesquisa, já que o risco de cometer erros eleva-se consideravelmente.”. Dentre suas características, apresenta-se como a mais significativa o uso de técnicas para manipulação e controle de variáveis.

Em relação ao procedimento de pesquisa, a mesma se enquadra como pesquisa documental, devido as suas características de abrangência, coleta dos dados e dos

documentos que consistem nas informações das empresas analisadas. “A Estratégia de Pesquisa Documental é característica dos estudos que utilizam documentos como fonte de dados, informações e evidências” (MARTINS; THEÓFILO, 2016, p. 52).

Os dados coletados do presente estudo serão obtidos por meio da base de dados disponibilizada na Economatica e na B3 S/A. Para análise da pesquisa, a amostra inicialmente foi composta por 412 empresas listadas na B3 compreendendo o período de 2018 a 2021, sendo 142 empresas classificadas como familiares com base nos critérios da pesquisa. Para cada empresa foi escolhido a análise da ação que possui maior volume de movimentação em termos monetário no período de análise. Após a análise dos dados coletados de todas as 412 empresas listadas, foram retiradas da amostra 81 empresas que não apresentaram informações suficiente para análise e uma empresa que não realizou as entregas de demonstrativos com a mesma periodicidade das demais, o que foi considerado um empecilho para inclusão neste estudo.

Conforme observado em outros estudos (Duarte; *et al.* 2019; Lima e Pereira, 2016; Moreira; Colauto e Amaral, 2010), foram retiradas da amostra as empresas do setor financeiro, em função da estrutura de capital distinta das demais. Com essa exclusão, a amostra compreendida por 330 empresas, teve redução de 56 empresas.

Desta forma a amostra final foi composta por 274 empresas listadas na B3 abrangendo o período de 2018 até o segundo semestre de 2021, sendo 103 empresas classificadas como familiares. Para a pesquisa, será considerado como empresa familiar a empresa que possua um percentual acionário considerável ou que os membros da família se encontrem em posições estratégicas da organização.

Em relação ao instrumento de pesquisa, será utilizado o modelo de Basu (1997) que busca testar a existência de sinais de assimetria no reconhecimento de “*bad news*” e “*good news*” observando as demonstrações da empresa. O modelo geral realizado por Basu é definido na seguinte equação:

$$Y_{it} = \alpha_0 + \alpha_1 R_{it} + \alpha_2 D_{it} + \alpha_3 R_{it} \times D_{it} + \varepsilon \quad (1)$$

Onde Y_{it} é igual ao lucro por ação das empresas no ano (X_{it}) sobre o preço da ação no início do ano (P_{it-1}). Portanto $Y_{it} = X_{it}/P_{it-1}$. R_{it} é o retorno da empresa, observado pela variação do preço da ação. D_{it} é uma variável *dummy* que assume valor 1 para quando $R_{it} < 0$ e 0 para $R_{it} > 0$.

Neste modelo, a equação de Basu “mensura o grau de associação entre a informação contábil (retorno contábil simples) e a informação analisada pelos investidores (RS)” (ANTUNES; MEDEIROS, 2011, p.62). Ainda segundo Antunes e Medeiros, visando verificar se a contabilidade incorpora de forma mais rápida as informações de mercado quando negativas, o coeficiente α_3 do modelo, mensura a defasagem tempestiva no reconhecimento de boas e más notícias, sendo que quanto maior o valor observado deste coeficiente, maior seria o conservadorismo, podendo analisar a diferença do coeficiente α_3 para o α_1 ($\alpha_3 - \alpha_1$) para verificar um maior nível de conservadorismo.

A partir deste modelo, foi utilizada a adaptação de Júnior e Filho (2019) para inserir a variável família no modelo. Neste modelo, o coeficiente que acompanha a variável $FAM \times D_{it} \times R_{it}$, caso seja positivo e significativo, demonstra um maior conservadorismo por parte das empresas familiares. A partir do modelo proposto, foi adicionado a variável P (Pandemia) para observarmos o efeito da pandemia no nível de conservadorismo. A equação dois (2) é definida da seguinte forma:

$$\begin{aligned}
Y_{it} = & \alpha_0 + \alpha_1 R_{it} + \alpha_2 D_{it} + \alpha_3 R_{it} \times D_{it} + \alpha_4 FAM + \alpha_5 FAM \times R_{it} + \alpha_6 FAM \times \\
& D_{it} + \alpha_7 FAM \times R_{it} \times D_{it} + \alpha_8 P_{it} + \alpha_9 P_{it} \times R_{it} + \alpha_{10} P_{it} \times D_{it} + \alpha_{11} P_{it} \times R_{it} \times \\
& D_{it} + \alpha_{12} FAM \times P_{it} + \alpha_{13} FAM \times P_{it} \times R_{it} + \alpha_{14} FAM \times P_{it} \times D_{it} + \alpha_{15} FAM \times \\
& P_{it} \times R_{it} \times D_{it} + \varepsilon \quad (2)
\end{aligned}$$

Por fim, adiciona-se as variáveis de controle de firma, consideradas impactantes em termos de política, governança corporativa e outras variáveis e possam influenciar o conservadorismo contábil condicional das organizações. Com base no trabalho de Júnior e Filho (2019), as variáveis incluídas foram o tamanho em termos de ativo totais das organizações, o endividamento atribuído as empresas em relação ao ativo total e o quociente do valor de mercado pelo valor contábil das organizações (*market-to-book*). Desta forma, a equação três (3) fica formada conforme abaixo.

$$\begin{aligned}
Y_{it} = & \alpha_0 + \alpha_1 R_{it} + \alpha_2 D_{it} + \alpha_3 R_{it} \times D_{it} + \alpha_4 FAM + \alpha_5 FAM \times R_{it} + \alpha_6 FAM \times \\
& D_{it} + \alpha_7 FAM \times R_{it} \times D_{it} + \alpha_8 P_{it} + \alpha_9 P_{it} \times R_{it} + \alpha_{10} P_{it} \times D_{it} + \alpha_{11} P_{it} \times R_{it} \times \\
& D_{it} + \alpha_{12} FAM \times P_{it} + \alpha_{13} FAM \times P_{it} \times R_{it} + \alpha_{14} FAM \times P_{it} \times D_{it} + \alpha_{15} FAM \times \\
& P_{it} \times R_{it} \times D_{it} + \alpha_{16} TAM_{it} + \alpha_{17} TAM_{it} \times R_{it} + \alpha_{18} TAM_{it} \times D_{it} + \alpha_{19} TAM_{it} \times \\
& R_{it} \times D_{it} + \alpha_{20} VMPL_{it} + \alpha_{21} VMPL_{it} \times R_{it} + \alpha_{22} VMPL_{it} \times D_{it} + \alpha_{23} VMPL_{it} \times \\
& R_{it} \times D_{it} + \alpha_{24} ENDV_{it} + \alpha_{25} ENDV_{it} \times R_{it} + \alpha_{26} ENDV_{it} \times D_{it} + \alpha_{27} ENDV_{it} \times \\
& R_{it} \times D_{it} + \varepsilon \quad (3)
\end{aligned}$$

Onde Y_{it} é igual ao lucro por ação das empresas no ano (X_{it}) sobre o preço da ação no início do ano (P_{it-1}). Portanto $Y_{it} = X_{it}/P_{it-1}$. R_{it} é o retorno da empresa, observado pela variação do preço da ação. D_{it} é uma variável *dummy* que assume valor 1 para quando $R_{it} < 0$ e 0 para $R_{it} > 0$. FAM é uma variável *dummy* que assume valor 1 quando empresa familiar e 0 quando não familiar. P_{it} é uma variável *dummy* que assume valor 1 a partir de 2020 até o segundo semestre de 2021 e 0 para os demais períodos. TAM_{it} é o logaritmo natural do total do ativo da empresa i no trimestre t . $VMPL_{it}$ é o valor de mercado dividido pelo patrimônio líquido de uma empresa i no trimestre t . $ENDV_{it}$ é o endividamento bruto dividido pelo ativo total de uma empresa i no trimestre t .

A partir do modelo, serão realizadas as regressões e tabelas apresentadas no próximo tópico, elaboradas por meio do *software* STATA 14.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A tabela 1 apresenta uma análise descritiva das variáveis associadas a regressão, com dados trimestrais correspondentes ao período de 2018 a junho de 2021. Com base nos dados, o lucro por ação (Y) foi, em média, negativo para todos os grupos, havendo menores resultados para as empresas familiares. O retorno por ação (R) das empresas familiares teve valores maiores após o início da pandemia, enquanto as empresas não familiares tiveram retornos menores. Os valores relacionados ao tamanho total das empresas, apresentou em média valores similares para ambos grupos da amostra, tanto no período anterior a pandemia como no período posterior. As empresas familiares correspondem a 37,59% das empresas quem compõe as observações.

Tabela-1 – Estatísticas descritivas

Variáveis	Não familiares (Antes da Pandemia)		Familiares (Antes da Pandemia)		Não Familiares (Pandemia)		Familiares (Pandemia)	
	Média	D. P.	Média	D. P.	Média	D. P.	Média	D. P.
Y	-0.132141	0.905039	-0.279831	1.803153	-0.061054	0.544202	-0.23994	2.84440
R	0.1580994	2.09387	0.0904341	0.306778	0.0957226	0.473657	0.133344	0.43983
TAM	15.06537	2.043911	14.26885	1.991622	15.17077	1.995162	14.47177	1.94752
VMPL	2.099987	3.53037	-6.882677	172.1361	3.489132	11.51836	3.162644	9.76497
ENDV	0.3103577	0.244411	0.8037357	3.717123	0.3174214	0.249030	0.771035	3.21145

D.P.: desvio padrão

Fonte: dados da pesquisa (2021)

A tabela 2 apresenta os resultados da regressão dos modelos de Basu modificados propostos na equação 2 e na equação 3 para efeitos aleatórios e fixos descrevendo os coeficientes obtidos bem como os valores de significância (valor-p) para a amostra do estudo. Com base no teste de especificação de Hausman, o modelo realizado por efeitos fixos é o modelo econométrico mais adequado para análise ($\chi^2 = 338,24$ e Valor-p > $\chi^2 = 0,00$).

Tabela 2 – Modelo de Basu adaptado

(Continua)

Variáveis	(2)	(3)	(2)	(3)
	EA	EA	EF	EF
R_{it}	-0.00172 (0.0211)	3.723*** (0.718)	-0.000702 (0.0211)	3.531*** (0.706)
D_{it}	0.00671 (0.120)	0.954 (0.594)	-0.00773 (0.119)	0.899 (0.581)
$R_{it} \times D_{it}$	0.647 (0.554)	-3.445 (2.202)	0.201 (0.557)	-3.845* (2.182)
FAM	-0.199 (0.129)	-0.0501 (0.127)		
$FAM \times R_{it}$	0.132 (0.252)	-0.0684 (0.290)	0.0554 (0.250)	-0.294 (0.282)
$FAM \times D_{it}$	0.0851 (0.207)	-0.0969 (0.217)	0.119 (0.205)	-0.113 (0.211)
$FAM \times R_{it} \times D_{it}$	-0.441 (0.946)	-0.349 (0.979)	-0.159 (0.945)	0.0585 (0.959)
P_{it}	-0.00681 (0.0917)	0.0869 (0.1000)	-0.0283 (0.0917)	0.0833 (0.102)
$P_{it} \times R_{it}$	0.176 (0.126)	-0.143 (0.184)	0.276** (0.126)	-0.0838 (0.183)
$P_{it} \times D_{it}$	0.0785 (0.178)	-0.0330 (0.188)	0.112 (0.178)	0.0425 (0.183)
$P_{it} \times R_{it} \times D_{it}$	-0.554 (0.711)	-0.351 (0.763)	-0.329 (0.707)	0.162 (0.742)
$FAM \times P_{it}$	0.626*** (0.166)	0.556*** (0.174)	0.614*** (0.166)	0.500*** (0.169)
$FAM \times P_{it} \times R_{it}$	-2.151*** (0.342)	-1.840*** (0.375)	-2.082*** (0.339)	-1.676*** (0.364)
$FAM \times P_{it} \times D_{it}$	-0.601** (0.306)	-0.456 (0.314)	-0.665** (0.306)	-0.497 (0.307)
$FAM \times P_{it} \times R_{it} \times D_{it}$	2.223* (1.184)	2.064* (1.224)	1.937* (1.175)	1.763 (1.183)
TAM_{it}		0.109*** (0.0248)		0.0565 (0.128)
$TAM_{it} \times R_{it}$		-0.267*** (0.0498)		-0.251*** (0.0489)

Tabela 2 – Modelo de Basu adaptado

Variáveis	(Conclusão)			
	(2) EA	(3) EA	(2) EF	(3) EF
$TAM_{it} \times D_{it}$		-0.0681* (0.0385)		-0.0631* (0.0377)
$TAM_{it} \times R_{it} \times D_{it}$		0.304** (0.149)		0.297** (0.148)
$VMPL_{it}$		3.96e-05 (0.000936)		0.000126 (0.000901)
$VMPL_{it} \times R_{it}$		0.000558 (0.00161)		-0.000258 (0.00159)
$VMPL_{it} \times D_{it}$		-0.000711 (0.00762)		-0.0254*** (0.00794)
$VMPL_{it} \times R_{it} \times D_{it}$		-0.00292 (0.0282)		-0.0919*** (0.0294)
$ENDV_{it}$		-0.150*** (0.0243)		0.0691 (0.0426)
$ENDV_{it} \times R_{it}$		0.0129 (0.0504)		0.0691 (0.0482)
$ENDV_{it} \times D_{it}$		0.169*** (0.0320)		0.170*** (0.0304)
$ENDV_{it} \times R_{it} \times D_{it}$		0.000501 (0.123)		-0.186 (0.119)
Constante	-0.100 (0.0701)	-1.647*** (0.384)	-0.192*** (0.0492)	-1.011 (1.904)
Observações	3,193	3,149	3,193	3,149
R-squared			0.030	0.069
Nº de Empresas	274	274	274	274

EF: Efeito Fixo

EA: Efeito Aleatório

Erro padrão em parênteses

Signif. codes: *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Fonte: dados da pesquisa (2021)

Em relação as variáveis associadas a relação entre FAM e P_{it} (α_{12} , α_{13} , α_{14} e α_{15}), objeto de análise do presente estudo, o coeficiente α_{15} , associado a variável $FAM \times P_{it} \times R_{it} \times D_{it}$ possui valor positivo para o modelo, sendo não significativa para a equação (Valor-p>0,1). Com base no valor obtido em α_{15} (1,763), não foi possível confirmar a hipótese de mudança da amostra em relação ao período pré-pandemia da COVID-19 no Brasil (2020). O valor obtido a partir da variável $FAM \times P_{it} \times D_{it}$, negativo, indicaria uma defasagem temporal entre o reconhecimento de boas e más notícias para as empresas familiares, no entanto, o coeficiente não obteve significância (valor-p>0,1), rejeitando a hipótese de sinal de conservadorismo contábil para as empresas familiares durante a pandemia. O resultado do coeficiente associado a variável $FAM \times P_{it} \times R_{it}$ (-1,676) foi negativo e significativo para todos os modelos, resultado que diverge do esperado e indica que as informações da empresa não foram divulgadas em tempo hábil e oportunamente, contrapondo com o coeficiente obtido a partir da variável $FAM \times R_{it}$, sinalizando uma possível mudança, das empresas familiares, quanto a velocidade do reconhecimento do retorno econômico pelo resultado contábil.

Quanto a diferença entre o nível de conservadorismo contábil das empresas familiares durante a pandemia (α_{15}) e a velocidade do reconhecimento contábil destas empresas durante a pandemia (α_{13}), obtivemos como resultado 3,439 para a equação (3), valores maiores que 0 indicam níveis consideráveis de conservadorismo contábil ($\alpha_{15} - \alpha_{13} > 0$). Embora os valores altos obtidos a partir da relação entre as variáveis ($\alpha_{15} - \alpha_{13}$) demonstram alto grau de conservadorismo para as empresas familiares a partir da

pandemia do Novo Coronavírus, não é possível confirmarmos essa hipótese devido o coeficiente α_{15} possuir valor-p maior que 0,01 para o modelo completo.

Com base nos resultados encontrados em relação as empresas familiares, não foram observadas diferenças entre as empresas familiares e não familiares da amostra, o que conforme observado, corrobora com estudos anteriores, contudo, a partir da introdução da variável P_{it} , podemos observar uma mudança de valores especialmente em relação as empresas familiares, apresentando um cenário de possível conservadorismo condicional do grupo de empresas que compunha a amostra, o que não pode-se confirmar a partir dos valores de significância obtidos pelo modelo completo. Os resultados encontrados a partir deste estudo não confirmaram o entendimento de que a pandemia do Novo Coronavírus afetou as práticas contábeis adotadas pelas organizações, embora os valores obtidos pelos coeficientes indiquem mudança em relação ao período anterior a pandemia, especialmente em relação a tempestividade das informações. Desta forma, o estudo contribui com a literatura ao não obter mudanças significativas quanto aos resultados do nível de conservadorismo em empresas familiares obtidos no período da Pandemia em relação ao período pré-pandemia.

O coeficiente associado a variável $R_{it} \times D_{it}$ foi negativo e significativo, resultado esse distinto do esperado com base em outros estudos em termos do valor do coeficiente, mas que corrobora com estudos onde não foi identificado sinais de conservadorismo contábil (SANTOS; *et al.* 2011; JUNIOR e FILHO, 2019). O resultado obtido pela interação $R_{it} \times D_{it}$, indica que para o modelo, as más notícias não são reconhecidas mais rapidamente que as boas notícias, desta forma, a amostra não é considerada como conservadora para o período, pois o lucro contábil não captura o conservadorismo ao utilizar o retorno por ação como *proxy*. O coeficiente α_2 , foi positivo para o modelo proposto (0,899), o valor para esse coeficiente contraria o esperado para o modelo e indicaria menor existência de conservadorismo contábil, contudo o coeficiente não obteve significância estatística.

A variável R_{it} apresentou coeficiente positivo e significativo para equação, o que indica que as informações contábeis são transmitidas tempestivamente. A análise da relação entre α_3 e α_1 , não apresentou indícios de conservadorismo contábil para equação apontam $\alpha_3 - \alpha_1 < 0$, rejeitando, desta forma, a hipótese de conservadorismo para a amostra.

Os resultados obtidos quanto ao conservadorismo contábil nas empresas familiares corroboram com outros estudos ao não identificar diferenças entre empresas familiares e não familiares (PAULO; PAULO e CAVALCANTE, 2015; LIMA e PEREIRA, 2016; JUNIOR e FILHO, 2019). Os valores obtidos pelo coeficiente associado a $FAM \times R_{it} \times D_{it}$ foi positivo para o modelo (0,0589) e não significativo estatisticamente. Os demais coeficientes relacionados a variável FAM também não obtiveram significância estatística.

Os valores dos coeficientes associados a variável P_{it} (α_8 , α_9 , α_{10} e α_{11}) não evidenciaram sinais de conservadorismo contábil da amostra ou alterações do nível de conservadorismo da amostra durante o período da pandemia. Os coeficientes associados as variáveis de controle TAM , $VMPL$ e $ENDV$ foram inseridos como mecanismo de controle para a execução do modelo e apresentaram resultados que indicam influência da estrutura de capital e do tamanho das empresas quanto ao conservadorismo, o que vêm de acordo com o observado na literatura (PAULO, PAULO e CAVALCANTE, 2015).

Os valores associados ao endividamento das companhias, só apresentaram resultados significantes para o valor de α_{26} , associado a variável *dummy* D_{it} , indicando não haver defasagem temporal do reconhecimento de boas e más notícias dado o endividamento das organizações. Em relação as interações com o tamanho das

organizações, observou-se que quanto ao retorno das ações o coeficiente foi negativo e significativo, o que indica menor tempestividade do lucro em relação ao tamanho das empresas. O valor obtido a partir da variável $TAM_{it} \times R_{it} \times D_{it}$ indica uma relação entre níveis maiores de conservadorismo e o tamanho das empresas da amostra. Quanto ao valor de mercado, o coeficiente obtido a partir da relação entre o retorno e a *dummy* foi negativo e significativo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo objetivou identificar diferenças no nível de conservadorismo contábil de empresas familiares e não familiares, especialmente voltado para o período da Pandemia do COVID-19, visto que o período posterior ao surgimento da doença ocasionou mudanças bruscas na sociedade e na economia, e a partir dessa mudança o estudo buscou observar práticas conservadoras, visto o intuito de proteger os investidores de informações distorcidas. Para realizar a análise do estudo, foi utilizado os dados trimestrais obtidos por meio de coleta na Economatica, de 274 empresas abertas listadas na B3, no período de 2018 a junho de 2021, que possuíam informações para análise do modelo proposto, método de Basu (1997) modificado, relacionando o reconhecimento do lucro com o retorno do mercado, calculado pela variação dos preços das ações.

Quanto ao conservadorismo contábil em todo o período de análise, após realizar a regressão conforme método de Basu (1997), não foi possível confirmar a existência de níveis de conservadorismo contábil, visto que os resultados não obtiveram significância estatística, o que foi observado em outros estudos (MOREIRA; COLAUTO; e AMARAL, 2010; LIMA e PEREIRA, 2016). Em parte, a razão para estes achados pode ser originada pela própria temática onde fora realizado a pesquisa, visto que no período da pandemia pode ser observado significativa volatilidade do mercado de ações.

Os resultados obtidos a partir das variáveis de controle, sugerem que a estrutura das organizações influencia o nível de conservadorismo, em especial, o tamanho das empresas em termos de ativos totais.

O estudo contribui para o entendimento dos efeitos da pandemia no reconhecimento contábil das empresas de capital aberto. Os resultados indicam que as informações das empresas familiares não foram divulgadas em tempo hábil e oportunamente durante o período referente a pandemia. Quanto ao nível de conservadorismo, não foram observadas significantes diferenças entre as empresas familiares e não familiares durante a pandemia, esses achados não necessariamente indicam que não houve mudanças de postura das companhias durante o período, mas apontam para o entendimento que não houve significativa postura divergente em termos de conservadorismo a partir da pandemia, visto que a principal divergência encontrada, está relacionada à velocidade do reconhecimento contábil. Os valores não esperados em relação ao modelo obtidos, podem também serem originados pelo efeito da pandemia no reconhecimento contábil.

A pandemia referente ao Novo Coronavírus está chegando ao seu segundo ano completo, com expectativa de retorno à normalidade pré-pandemia em curto prazo à medida que os programas de vacinação são realizados. Desta forma, sugere-se a realização de novos estudos, observando as consequências e variações da pandemia em termos do conservadorismo condicional das empresas, podendo realizar novas abordagens analisando o impacto da pandemia em setores específicos da economia, bem como para empresas com participação acionário de governos estaduais e federais. Também pode ser realizado estudos semelhantes para empresas de capital fechado, analisando o comportamento destas empresas em relação as empresas de capital aberto.

Por fim, a realização de estudos complementares utilizando outro modelo, como o de Ball e Shivakumar (2005), para observação dos níveis de conservadorismo pode ser válido para contribuir com o entendimento dos efeitos da pandemia no conservadorismo condicional.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, G. A.; MEDEIROS, O. R. Modelo de basu: especificação diferente, mesmo resultado. **Revista De Contabilidade Da UFBA**, v. 5, n. 1, p. 59–71, 2011. Disponível em: periodicos.ufba.br/index.php/rcontabilidade/article/view/5432

ALI, A.; CHEN, T. Y.; RADHAKRISHNAN, S. 2007. Corporate disclosures by family firms. **Journal of Accounting and Economics**, v. 44, n.1-2, p.238-286, 2007.

ARANHA, R. P. M. O impacto da crise pandêmica da COVID-19 no nível de reconhecimento contábil assimétrico de más notícias: estudo empírico dos bancos na B3. *In: XX USP INTERNATIONAL CONFERENCE IN ACCOUNTING*, 2020, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: FEA/USP, 2020.

BORNHOLDT, Werner. **Governança na empresa familiar: implementação e prática**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

BASU, S. The conservatism principle and the asymmetric timeliness of earnings. **Journal of Accounting and Economics**, v. 24, n. 1, p. 3-37, 1997.

BALL, R.; SHIVAKUMAR, L. Earnings quality in UK private firms: comparative loss recognition timeliness. **Journal of Accounting and Economics**, v. 39, p. 83-128, 2005.

BRITO, G. A. S.; MARTINS, E. Conservadorismo contábil e o custo do crédito bancário no Brasil. **BBR-Brazilian Business Review**, v. 10, n. 1, p. 27–48, 2013.

CHEN S.; et al. Are family firms more tax aggressive than non-family firms? **Journal of Financial Economics**, v.95, n.2, p.41–61, 2010.

COELHO A. C. D. **Qualidade Informacional e Conservadorismo nos Resultados Contábeis Publicados no Brasil**. 2007, 240 f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

DUARTE, J. M. S. *et al.* Efeitos do conservadorismo condicional decorrente da crise econômica sobre o investimento das companhias abertas brasileiras. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 18, p. 1-14, 2019.

FELTHAM, G A.; OHLSON, J. A. Valuation and clean surplus accounting for operating and financial activities. **Contemporary Accounting Research**, v. 11 (2), p. 689- 731, 1995.

FRARE, A. B. *et al.* Empresa familiar versus empresa não familiar: características das ferramentas e sistemas de controle gerencial. **RACEF – Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundance**. Ribeirão Preto, v. 12, n. 1, p. 107 – 125, mar. 2021.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**, 6ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2017. Disponível em: <https://bridge.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012934/>. Acesso em: 17 Oct 2020

GOTTI, G. **Conditional conservatism in accounting: new measures and test of determinants of the asymmetric timeliness in the recognition of good and bad news in reported earnings**. 2007, Dissertation (Presented for the Doctor of Philosophy Degree) University of Tennessee, Knoxville, 2007.

GRILLO, F. F. **Presença familiar como mecanismo de governança corporativa: uma investigação da qualidade das informações contábeis nas empresas listadas no segmento tradicional da BM&FBOVESPA**. 2015, 110 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

GRZYBOVSKI, D.; TEDESCO, J. C. Empresa familiar x competitividade: tendências e racionalidades em conflito. **Revista Teoria E Evidência Econômica**, v. 6, n. 11, p. 37-68, nov, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.5335/rtee.v6i11.4785>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Indicadores IBGE: Contas Nacionais Trimestrais**. Indicadores de Volume e Valores Correntes, 4º tri/2020, Rio de Janeiro, 2021.

JÚNIOR, J. L. de S.; FILHO, J. M. D. Estrutura de propriedade e conservadorismo condicional: uma análise sobre empresas familiares e não familiares. *In: III CONGRESSO DE CONTABILIDADE DA UFU*, 2019, Uberlândia. **Anais [...]** Uberlândia: UFU, 2019.

LARA, J. M. G; *et al.* The economic determinants of conditional conservatism. *In: Journal of Business Finance & Accounting*, v. 36, n. 3-4, p. 336-372, abr/mai, 2009.

LIMA, G. H. de; PEREIRA, C. M. Análise do conservadorismo contábil em empresas familiares e não familiares após a adoção dos padrões internacionais de contabilidade. *In: XVII CONGRESSO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE*, 2016, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro: ADCONT, 2016.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 3ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2016. Disponível em: <https://bridge.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597009088/>. Acesso em: 17 Oct 2020.

MONTEIRO, M. S. S. **Avaliação de Empresas – Aplicação do Método dos Fluxos de Caixa a uma PME**. 2012, 85 f. Dissertação (Mestrado em Finanças) – Universidade Portucalense, Porto, Portugal, 2012.

MOREIRA, R. de L; COLAUTO, R. D; AMARAL, H. F. Conservadorismo condicional: estudo a partir de variáveis econômicas. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 21, n. 54, p. 64-84, 2010. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772010000300006&lang=en. Acesso em: 13 nov. 2020.

MOURA, G. D. dos; *et al.* Crise financeira e gerenciamento de resultados: evidências de companhias abertas listadas na BM&FBOVESPA. *In: XI CONGRESSO ANPCONT*, 2017, Belo Horizonte. **Anais [...]** São Paulo: ANPCONT, 2017.

NETO, A. S.; RODRIGUES, A.; ALMEIDA, J. E. F. DE. Concentração de votos e acordo de acionistas: influências sobre o conservadorismo. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 21, n. 54, p. 6–22, 2010.

NICOLA, M. *et al.* The socio-economic implications of the coronavirus pandemic (COVID-19): A review. **International Journal of Surgery**, vol. 78, p. 185-193, 2020.

PAULO, I. I. S. L. M.; PAULO, E.; CAVALCANTE, P. R. N. Conservadorismo contábil nas companhias abertas familiares e não-familiares no mercado brasileiro. **Enfoque Reflexão Contábil**, v. 34, n. 1, p. 19-28, 2015.

PETRY, L. I.; NASCIMENTO, A. M. Um estudo sobre o modelo de gestão e o processo sucessório de empresas familiares. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 20, n. 49, p. 109-125, 2009

SALLES, A. A. de. O impacto inicial da pandemia de covid-19 no risco da atividade econômica no Brasil. **Pesquisa Operacional para o Desenvolvimento, [S.I.]**, v. 13, p. 1–16, 2021.

SAMPAIO, T. C. Q; COELHO, A. C. D; HOLANDA, A. P. Adoção de conservadorismo nos lucros em períodos de crise financeira: evidências no Brasil. **Enfoque Reflexão Contábil**, v. 34, n. 1, p. 71-85, 2015.

SANTOS, L. P. G. dos; *et al.* Efeito da Lei 11.638/07 sobre o conservadorismo condicional das empresas listadas BM&FBOVESPA. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 22, n. 56, p. 174-188, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34333>. Acesso em: 13 nov. 2020.

SCALZER, R. S.; BEIRUTH, A. X.; REINA; D.; Empresas estatais e conservadorismo contábil: uma análise das empresas da BM&FBOVESPA. **REAd. Rev. eletrôn. adm. (Porto Alegre)**, v. 23, n. 2, p. 333-350, 2017.

SCARPIN, J. E.; ALMEIDA, D. M.; MACHADO, D. G. Endividamento e lucratividade: um estudo em empresas familiares e não familiares que compõem o índice IBRX-100 da BM&FBOVESPA. **Revista Ambiente Contábil**, v. 4, n.2, p. 93-109, 2012.

SOBREIRA, K. R. *et al.* Reflexos da pandemia do coronavírus para a contabilidade à luz da teoria contratual da firma. *In: XXI USP INTERNATIONAL CONFERENCE IN ACCOUNTING*, 2021, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: FEA/USP, 2021.

RAMOS, D. A. **Conservadorismo e relevância da informação contábil: Verificação empírica no mercado de capitais brasileiro**. 2013. 124 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós- Graduação

em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, da Universidade Federal da Paraíba e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasília, 2013.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 16ª edição. São Paulo: Atlas, 2016.

WRONSKI, P. G.; KLANN, R. C. Conservadorismo condicional e cultura nacional. **BBR. Brazilian Business Review**, [S.I.], v. 17, n. 3, p. 344-361, jul., 2020.